

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Projeto de Iniciação Científica

**Quantificação da exposição midiática das pastas do governo brasileiro,  
2003-2014**

Luís Henrique Alves Cordeiro Martins

Orientador: Prof. Dr. Pedro Feliú Ribeiro

São Paulo

2019

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS .....</b>	<b>3</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>5</b>
<b>3. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>5</b>
3.1 Apontamentos políticos e estabilidades de regimes e cargos.....	5
3.2 Mídia e Política.....	8
<b>4 MATERIAL E MÉTODOS.....</b>	<b>10</b>
<b>5 RESULTADOS ESPERADOS.....</b>	<b>11</b>
<b>6 CRONOGRAMA.....</b>	<b>13</b>
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>14</b>

**Resumo:** O presente projeto de iniciação científica tem como objetivo aprimorar a mensuração da relevância dos ministérios federais na barganha entre presidente e partidos políticos no marco do presidencialismo brasileiro. O aprimoramento fundamental é a inserção da variável exposição midiática do ministério em índice de relevância que já agrega dimensões como cargos, orçamento e investimento. Por meio do aperfeiçoamento de algoritmo em *python* pra automatização do recolhimento de dados sobre a exposição midiática dos ministérios nas capas dos principais jornais de circulação no país, o projeto propõe a entrega de dois resultados centrais: um índice empírico mais preciso sobre a relevância dos ministérios e um algoritmo estruturado e aberto à comunidade para recolhimento de texto na mídia impressa no país. Os resultados têm o potencial de contribuição para a agenda de pesquisa sobre o presidencialismo de coalizão brasileiro, especificamente na importância da distribuição de cargos ministeriais para a estabilidade da coalizão de governo.

**Abstract.** *The present research project aims to improve the measurement of the relevance of federal ministries in the bargain between president and political parties within the framework of Brazilian presidentialism. The fundamental improvement is the insertion of the ministry's media exposure variable in the index that already aggregates dimensions such as positions, budget and investment. Through the refinement of the python algorithm for the automation of data collection on the media exposure of ministries on the covers of the main circulation newspapers in the country, the project proposes the delivery of two central results: a more precise empirical index on the relevance of the ministries and a structured and open access algorithm for gathering text in print media. The results have the potential to contribute to the research agenda on Brazilian coalition presidentialism, specifically on the importance of distributing ministerial positions for the stability of the governing coalition.*

## 1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS

Este projeto propõe pesquisar a exposição midiática dos ministérios federais durante o período dos governos Lula e o primeiro governo Dilma (2003-2014), ranqueando todas as pastas segundo o grau de exposição midiática, elemento de elevada relevância para o interesse político-partidário nas negociações entre presidente e partidos políticos na conformação da coalizão de governo. A avaliação da relevância dos ministérios na barganha de formação de coalizões partidárias é o objeto central da análise. Um governo no sistema multipartidário brasileiro tem sustentação e governabilidade através da realização de arranjos entre diferentes partidos (Figueiredo e Limongi, 1999; Chaisty *et. al.* 2014; Bertholini e Pereira, 2017). Para obter apoio às suas políticas públicas e lograr êxito na implementação da agenda do governo é necessário o executivo buscar maiorias legislativas (Negretto, 2006). Um mecanismo comum a disposição do presidente para conquistar maiorias no Congresso é a distribuição de cargos ministeriais para partidos com força no legislativo (Batista, 2013). Os partidos que se unem à coalizão governamental são geralmente agraciados com ministérios que podem impulsionar a projeção pública de membros do partido. (Amorim Neto, 2006).

No entanto, há diversas maneiras de olhar para essas alianças. A Lei de Gamson (Gamson, 1961) sugere que há uma determinada proporcionalidade entre a quantidade de ministérios que um partido recebe e a quantidade de cadeiras no legislativo que ele possui. Entretanto, a percepção de que cada ministério pode ser medido com um peso equivalente na barganha entre presidente e partidos políticos é bastante contestada na literatura (Amorim Neto e Samuels, 2010). Seguimos o entendimento de que os ministérios não têm valores iguais para os partidos políticos, sendo necessária a mensuração da sua capacidade de gerar políticas públicas, votos, e conseqüentemente, alterar a propensão de sucesso eleitoral dos partidos e políticos.

Nesse sentido, um excelente esforço já foi realizado por Batista (2017) para o caso do presidencialismo brasileiro. A autora utiliza três elementos centrais para determinar a relevância de uma pasta ministerial: o orçamento, total e líquido, podendo ser usado pelo ministro para criar projetos concretos, desde construção de pontes até o estímulo de programas de cultura; a quantidade de cargos comissionados disponíveis, possibilitando a distribuição para pessoas de

interesse e contribuindo para a realização de políticas e barganhas; e por último, a quantidade de projetos enviados diretamente do ministério para o legislativo. Assim, a capacidade de geração de políticas públicas de cada pasta é medida por três elementos denominados pela autora de “budget”, “office” e “policy”.

O caso no Ministério de Relações Exteriores (MRE) exemplifica bem a necessidade de agregar mais um componente ao índice citado anteriormente. Ao analisar o MRE sob a ótica do “budget”, “office” e “policy” verificamos a fragilidade da posição da pasta, entre as cinco últimas no índice de “importância”. O MRE costuma ser um ministério descrito como muito prestigiado dentro do governo brasileiro (Cheibub, 1989; Burges e Chagas, 2017). A própria Batista (2017) afirma em seu texto: “[...] the Ministry of Foreign Affairs is among these most important ministries, and in our ranking, this ministry is ranked among the least important ones. Is this a major flaw in the measure? It is possible” (Batista, 2017, 18-19). A medida baseada nos três eixos expostos anteriormente não é capaz de capturar de maneira eficiente a percepção de “prestígio” encontrada na literatura.

A nossa proposta é inserir mais um fator de impacto capaz de aumentar a precisão da medida. A exposição midiática dos ministérios é um caminho para examinar a dimensão “prestígio” de maneira objetiva e compatível com as demais já elaboradas. Essa medida fornece a exposição de um determinado ministro ou ministério à grande mídia nacional, algo que potencialmente geraria notoriedade e votos pela divulgação de sua imagem e de suas ideias ao público. Há fatores intrínsecos de cada pasta que favorece a divulgação de sua imagem, o Ministério da Fazenda, por sua importância estrutural na organização do país, é potencialmente o que tem maior exposição do ministro na mídia, da mesma forma que o Ministério da Pesca quase não é exibido na mídia, por seu baixo impacto na vida diária de uma população majoritariamente urbana. Esse tipo de exposição é um dos fatores que podem pesar na barganha política, valorizando ou desvalorizando determinada pasta.

## **2 OBJETIVOS**

Os objetivos dessa pesquisa estão listados a seguir:

- Realizar um estudo sobre a exposição midiática recebida por cada ministério brasileiro de 2003 até 2014 e criar um índice capaz de medir empiricamente o “prestígio” de cada pasta.
- Comparar os ministérios brasileiros e verificar se o seu impacto midiático seria empiricamente relevante para entender sua importância no cenário político.
- Usar os dados adquiridos e somá-los aos dados de Batista (2017) em um único índice para criar uma medida empírica ainda mais precisa e completa da importância de cada ministério no cenário político brasileiro.

### **3 REVISÃO DE LITERATURA**

#### **3.1 Apontamentos políticos e estabilidade de regimes e cargos**

No presidencialismo brasileiro, a formação de uma coalizão partidária majoritária é um dos elementos fundamentais para garantir a governabilidade do sistema político (Bertholini e Pereira, 2017). Nesse caso, a utilização de nomeações ministeriais é elemento chave na busca do presidente por uma maioria legislativa. Entrega-se uma parte do poder – existem outros “bens de troca” que fazem parte da “caixa de ferramentas” de um presidente – e pede-se em troca o apoio para aprovar políticas públicas no congresso, os “payoffs”.

Há alguns fatores que determinam quantas pastas ministeriais serão entregues ao controle de um determinado partido. De acordo com a Lei de Gamson (Gamson, 1961), existe uma proporcionalidade entre quantidade de cargos que um partido possui no legislativo e a quantidade de cargos que ele receberia no executivo. Para Amorim Neto (2010), essa proporcionalidade pode ser medida pelo índice de coalescência, isto é, quanto maior é o índice, mais proporcional é essa troca. Na visão do autor, isso pode ser crucial para um regime presidencialista, e mesmo indicar o estilo da governança e se este governo vai suceder em seus objetivos.

A formação e manutenção de coalizões têm sido considerados básicos para a sobrevivência de governos (Amorim Neto, 2006; Bertholini e Pereira, 2017; Negretto, 2006; Batista, 2013; Freudenreich, 2016). O pressuposto é que

presidentes buscam maximizar seu suporte no Congresso e cedendo a menor quantidade de poder possível. Existem diversas teorias que buscam compreender esses mecanismos, mas de acordo com Frederico Bertholini e Carlos Pereira (2017) existem alguns fatores específicos que determinam o sucesso desses pactos: quantos partidos participarão dessa coalização; se há homogeneidade ideológica nessas alianças; e por último, como serão distribuídos poder e recursos entre os parceiros. De acordo com os autores, quanto maior o número de partidos participantes da coalizão mais oneroso é o custo de manter essas alianças. Similarmente, quanto mais heterogêneos ideologicamente são os grupos comandados pelo *formateur*, mais custosa a administração da coalizão, e em última conclusão, ele verifica que ao ignorar a Lei de Gamson para distribuir o poder há também maiores custos subsequentes para se manter essa aliança coesa.

[...] o aumento desses custos pode levar à deterioração intertemporal das condições de governar, com sucessivas derrotas presidenciais no Congresso decorrentes de maiores animosidades e da falta de cooperação entre parceiros políticos. Em um jogo multipartidário e fragmentado, os aliados da coalizão precisam de um gerente capaz de diminuir seus problemas de coordenação. Sem este coordenador externo (o presidente), as maiorias legislativas tornam-se instáveis, caras e imprevisíveis e a crise política acaba por se tornar rotina. (Bertholini e Carlos Pereira, 2017, p. 547)

A estabilidade de um regime presidencialista depende da habilidade do *formateur* de realizar alianças que evitam custos além do necessário. Os apontamentos fazem parte da caixa de ferramentas de um presidente, usando isso como forma de garantir a aprovação de políticas públicas, mas que se formal gerenciado pode criar problemas de instabilidade no governo. Na América Latina, na maioria dos casos, os presidentes tendem a entrar no governo em condição minoritária, e um regime que se mostra incapaz de formar coligações majoritárias, ou de sustentar vetos – uma das formas de negociar com o legislativo –, tem maior probabilidade de ser um governo mais instável ou não se sustentar no poder (Negretto, 2006).

Existem diversos mecanismos de funcionamento de um regime presidencialista, e estes determinam o sucesso ou não do governo. De acordo com Negretto (2006), existem dois fatores centrais, o primeiro é a capacidade de veto do presidente. No sistema político brasileiro o legislativo elabora uma lei, passa pelas comissões responsáveis para verificar sua validade, posteriormente é levado à votação, caso aprovado, ele é encaminhado ao Senado, passando pelo mesmo processo burocrático, e em seguida é enviado ao presidente que tem duas opções, assinar o projeto para que seja convertido em lei ou alguma emenda de constituição, ou vetá-lo. No caso do veto, existem duas formas de veto: o veto jurídico, isto é, o presidente escolher vetar a lei pela sua inconstitucionalidade e isso é votado pelo Supremo Tribunal para determinar a constitucionalidade ou não; ou então há o veto político, em que o presidente assina o veto e ele é encaminhado para o legislativo para ser votado se será mantido, sendo necessário maioria absoluta para barrar o veto e a lei ser cumprida.<sup>1</sup>

De acordo com Negretto (2006), o veto é uma forma do executivo barganhar com o legislativo. Do outro lado, temos a formação de coalizões majoritárias como outra forma de manter um governo estável. A capacidade de veto do executivo brasileiro não é absoluta e, portanto, depende ou de uma intervenção jurídica ou de influência política para bloquear ou atrasar uma lei. O caminho escolhido para gerenciar os governos brasileiros na maioria do tempo é da barganha política para formação de governos majoritários (Amorim Neto, 2006).

O presidencialismo de coalização se estabeleceu no Brasil como forma de governar, e vem sendo usado como ferramenta principal no manejo de governo. Esse fator determina grande parcela da política brasileira e as relações entre executivo e legislativo, por essa razão o estudo da importância de cada ministério se mostra essencial para entender o cenário político nacional.

---

<sup>1</sup> § 4º do artigo 66 da Constituição: O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. (Redação fornecida pela Emenda Constitucional nº 76, de 2013)



### 3.2 Mídia e Política

A correlação da mídia e da política é ponto relevante desse projeto, por isso é necessário entender as formas de influência de um sobre o outro e vice-versa.

Em estudos realizados sobre a mídia americana, vemos como o aparecimento da Fox News influenciou na política norte-americana na passagem do século XX para o XXI (Clinton e Enamorado, 2012; Arceneaux *et. al.*, 2016). Esses autores observaram o deslocamento do espectro ideológico do congresso para a direita, tanto os republicanos se radicalizaram, como os democratas tiveram que se conformar a certas políticas mais à direita, em maior ou menor nível dependendo do momento político (Arceneaux *et. al.*, 2016). Foi encontrada uma correlação de causa entre o papel da mídia na distribuição de notícias e emissão de opiniões e a atitude de diversos grupos políticos.

No entanto, apesar de sabermos que há de fato uma influência direta da mídia na política, afetando políticas públicas, o que nos interessa é como ela pauta os debates públicos. A observação de Cohen é um bom ponto de partida nessa discussão, onde ele observa que a mídia “pode não ser bem-sucedida na maioria do tempo em falar o que as pessoas devem pensar, mas é extremamente bem-sucedida em dizer no que pensar”<sup>2</sup> (Soroka, Lawlor, Fransworth e Young, 2012). Podemos entender que a mídia não consegue, necessariamente, influenciar a opinião do leitor à determinada ideia, mas tem o potencial de determinar quais serão os debates públicos.

Determinar quais assuntos são importantes e quais são menos importantes, ou quais serão omitidos, é um dos papéis da mídia enquanto meio de informação (Baum e Potter, 2007; Fowler, 1991; Prat e Stromberg, 2013; Soroka, Lawlor, Fransworth e Young, 2012). Ela filtra as informações provenientes do mundo político e escolhe quais deseja reportar, fazendo uma ponte entre a política e a opinião pública, podendo ser em forma de uma notícia descritiva ou uma nota de opinião de um jornalista ou do próprio jornal. Essa relação com as notícias reporta ao público a importância de determinados

---

<sup>2</sup> Tradução livre. Citação original: may not be successful much of the time in telling people what to think, but it is stunningly successful in telling its readers what to think about.

assuntos, a repetição de assunto e a posição da notícia dentro de um jornal é uma ilustração disso – estar na capa tem maior importância do que estar no interior de um caderno ocupando um espaço pouco visível. Escolher quais assuntos entrarão em pauta é um dos papéis centrais da mídia, e isso tem impacto em quais problemas a população está discutindo. (Erbring, Goldenberg e Miller, 1980).

O papel da mídia é o enquadramento de notícias, e assim como afirma Soroka, Lawlor, Fransworth e Young (2012), isso, normalmente, tem um importante papel durante todo o processo de elaboração de políticas. A mídia pode levantar questões sobre políticas, ou sobre os atores participantes, apresentando preocupações tanto para a sociedade civil, como para os próprios políticos envolvidos. A mídia tem um papel direto, mesmo que pouco reconhecido, na política.

No entanto, asseguram Prat e Stromberg (2013), a mídia busca informar aquilo que está sendo feito por políticos ou pela população civil, seguindo diferentes lógicas para reportar esses dados. Esta escolha pode recorrer a duas formas: uma lógica de maximização de lucros a curto prazo, buscando ganhar mais leitores, reportando algo chamativo, com grande importância ou que choque; ou então recorre a uma lógica ideológica, escolhendo algo para ser informado de acordo com as tendências políticas dos donos ou editores do meio de comunicação, que pode gerar efeitos negativos de curto prazo, por ignorar o leitor e seguir uma lógica própria, mas também pode ter um efeito de longo prazo com alguma recompensa política. O meio de comunicação pode escolher ignorar as sensibilidades pré-estabelecidas do leitor a fim de arriscar um ganho.

A mídia é um condutor da opinião pública para a política e o inverso também se mostra verdade; ela é informativa, e ainda é um ator estratégico desse jogo (Baum e Potter, 2007). A relação mídia afetando política é central, pois a observamos sendo o meio de troca de informação entre o público e os governantes. Os políticos não sabem exatamente o que seu eleitorado está pensando, não sem fazer uma consulta pública, ele retira essa informação diretamente dos canais de informação. Tem-se somente uma percepção do que esse público está pensando sobre determinadas políticas, essa informação, na maioria das vezes, chega aos interessados através dos jornais e televisão.

A percepção é o fator determinante na mídia. A mídia impacta como os próprios políticos veem grandes questões, os ajuda a ranquear aquilo que tem mais impacto na população. Quando falamos de ‘prestígio’ de um ministério, o objetivo final é entender como um ministério pode gerar votos através do impacto na mídia. O “impacto” é a percepção dos políticos de quão importante é uma determinada pasta para o público. Essa percepção é adquirida através da mídia que age como um filtro: pela escolha de pautas, pela repetição de assuntos, pelas sensibilidades pré-estabelecidas no público. Estudar o “prestígio” de uma pasta através da mídia nos informa o potencial de voto dessa posição, algo levado em consideração pelos partidos políticos ao aceitar um cargo no presidencialismo de coalizão.

#### **4 MATERIAIS E MÉTODOS**

Os dados a serem coletados nessa pesquisa são originados na imprensa. Buscamos entender o impacto midiático nas pastas ministeriais brasileiras. Sob essa ótica, os jornais impressos são os principais materiais empíricos. Essa análise será realizada através dos jornais impressos de maior tiragem nacional: a *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* (Associação Nacional de Jornais, 2018).

As capas de jornais serão os locais preferenciais de análise. As capas são onde estão as informações que o jornal deseja destacar por sua importância, é a ferramenta utilizada para direcionar o olhar do leitor para o interior do jornal (Medeiros *et. al.*, 2010). O volume de informações demanda técnicas de automação, já que estaremos trabalhando com 365 jornais por ano, num total de 12 anos.

A informação da capa que será analisada é a quantidade de referências aos ministérios brasileiros: quantas vezes os ministros diretamente ou o próprio ministério tem seu nome invocado pela mídia. Através dessa contagem podemos verificar quanta exposição uma determinada pasta tem no cenário nacional, verificando seu “prestígio”. Esse dado nos fornecerá uma capacidade de comparar ministérios para ranqueá-los, assim poderemos ter um dado objetivo de sua capacidade de geração de voto.

Essas capas estão disponíveis nos acervos digitais dos três jornais selecionados em formato de imagem (digitalizado). Elas serão coletadas a partir de três sistemas automatizados: o primeiro é a própria busca do site, onde somente as capas serão exibidas e aquelas referentes aos dados que pretendemos adquirir; o segundo é um a ser criado através da linguagem de programação Python que coletará as imagens; o terceiro é chamado de *OCR* (*optical character recognition*), ele realiza a leitura de caracteres em imagens digitalizadas e o transforma em texto corrente. O segundo sistema será desenvolvido utilizando os princípios de *webscraping*, dessa forma é possível automatizar a coleta dessas capas de jornais diretamente dos acervos on-line, que posteriormente serão armazenadas em um banco de dados. O terceiro sistema corresponde à fase de processamento das informações, o *OCR*, no qual utilizaremos um programa capaz de ler as letras em uma imagem, possibilitando a utilização de sistemas de buscas de programas comuns como Word ou Excel, e pesquisar as referências que buscamos sem necessariamente ter que ler todo o conteúdo. Somente com o computador sendo usado como filtro de dados indesejados que será possível realizar essa coleta dentro de um tempo razoável, já que será necessário analisar 13 mil páginas de documento (três jornais, durante 12 anos, todos os dias do ano).

## **5 RESULTADOS ESPERADOS**

Preliminarmente foi realizada uma pesquisa para verificar as possibilidades desse método de análise do presidencialismo de coalização. O jornal *O Estado de São Paulo* foi escolhido como objeto de estudo, e uma longa coleta de dados que data de 2007 até 2014 foi realizada. Chegamos a algumas conclusões ainda incipientes: o Ministério da Fazenda está à frente de todos em grande preponderância, coincidindo com a sua própria posição central dentro do planejamento de todo um governo, estando no chamado “centro duro” de poder de um governo; outros ministérios como Justiça, Educação e Saúde coincidem também com essa expectativa, pois possuem um grau elevado de exposição midiática.

Comparativamente, as pastas citadas acima coincidem com a medida original de Batista (2017): Fazenda, Justiça, Educação e Saúde. Entretanto, como foi mencionado anteriormente, o caso do Ministério de Relações Exteriores

mostra a importância de agregar a exposição midiática na medida agregada. O primeiro eixo usado por Batista (2017) é o da “policy”, revelando que o Ministério das Relações Exteriores não pontuação elevado nesse quesito. O segundo indicativo é o “office”, o qual o MRE indica uma baixa capacidade de indicação de cargos, algo que influenciaria no “poder político” do ministério. Geraria, então, menos interesse dos partidos, pois eles teriam menos “barganhas” de cargos, conseqüentemente pouca capacidade de trocar isso por votos, favores ou mesmo dar espaço para os próprios partidários agirem.

Por fim, há o eixo do “budget”, o que posiciona o MRE entre os 5 últimos ministérios analisados – tanto na quantidade total de verba recebida, quanto na capacidade de investimento. Portanto, ele teria pouca capacidade financeira, logo, pouca capacidade de gerar grandes impactos na sociedade diretamente. Entretanto, o recolhimento de informação sobre o jornal “O Estado de São Paulo” demonstra a evidente importância que esse ministério tem na mídia, refletindo empiricamente e quantitativamente a percepção de prestígio da pasta entre especialistas. Um grande aspecto do governo de determinado país é manter relações com outros países e negociar contratos comerciais, políticos, entre outros, logo, os representantes estão constantemente se relacionando publicamente com diversas nações, elevando a exposição pública da pasta e mandatário da mesma.

O cenário de demissão de José Serra do governo Temer em 2017 revela essa dualidade. “Interlocutores de Serra [dizem que] ele estaria insatisfeito no cargo. Ao assumir o Itamaraty, em maio, Serra imaginava que poderia participar de discussões do núcleo duro do governo” (Jornal O Estado de São Paulo, 23 de fevereiro de 2017, p. 1). Por esses atributos do MRE, José Serra pensou que estaria no núcleo de poder do governo, e é onde a nossa explicação, somada à de Batista (2017), se mostra eficiente, já que percebemos que o ministério tem poucas capacidades orçamentárias, de distribuição de cargos, e por fim, de formulação das próprias políticas no congresso, mas por outro lado tem um grande impacto na mídia e capacidade de gerar atenção do eleitorado.

Considerando isso, percebemos que o Ministério de Relações Exteriores não é nulo no seu “poder”, mas também não é um centro decisões, e esse fato só pode ser revelado através de uma quantificação em 4 eixos. O MRE é

somente um dos exemplos possíveis para mostrar como esse quarto eixo é essencial para o aprimoramento de um índice de relevância ministerial na barganha político partidária.

O desenvolvimento da pesquisa mencionada, via bolsa de iniciação científica, vai contribuir com dados mais precisos e algoritmo mais desenhado para fácil reprodução pela comunidade acadêmica e setores interessados. A pesquisa gerará dados e ferramenta metodológica capazes de descrever o eixo do “prestígio” das pastas ministeriais, agregando valor ao índice corrente presente na literatura especializada.

## 6 CRONOGRAMA

	1	2	3	4	5	6
<b>Aperfeiçoamento em Python e web scraping</b>						
<b>Desenvolvimento do código de web scraping</b>						
<b>Coleta e Organização dos Dados</b>						
<b>Análise dos Dados</b>						
<b>Revisão Bibliográfica</b>						
<b>Redação do Trabalho</b>						
<b>Revisão do Trabalho</b>						

	<b>1 mês</b>
	<b>2 semanas (1º quinzena)</b>
	<b>2 semanas (2º quinzena)</b>

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amorim Neto, Octavio. "The Presidential Calculus: Executive Policy Making and Cabinet Formation in the Americas". *Comparative Political Studies*, vol. 39, n.4, p. 415–440, 2006.

\_\_\_\_\_. e Samuels, David. "Democratic Regimes and Cabinet Politics: a Global Perspective". *RIEL*, vol. 1, n.1, p.10-23, 2010.

Arceneaux, Kevin; Johnson, Martin; Lindstädt, René; Vander Wielen, Ryan. "The Influence of News Media on Political Elites: Investigating Strategic Responsiveness in Congress." *American Journal of Political Science*, vol. 60, n. 1, pp. 5–29, 2016.

Associação Nacional de Jornais, "Tiragem impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos", 31 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.anj.org.br/site/menagenda/97-midia-nacional/5251-tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos.html>>.

Último acesso: 21 de março de 2019.

Batista, Mariana. "Taking Portfolios Difference Seriously: A Composite Measure Based on Policy, Office, and Budget in Brazil". *Bras. Political Sci. Rev.*, vol. 11, n.1, p. 1-28, 2017.

\_\_\_\_\_. "O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão". *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 57, p. 127-155, 2016.

\_\_\_\_\_. "O poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010)." *Opinião Pública* Vol. 19 No. 2, pp. 449-473, 2013.

Baum, Matthew A. e Potter, Philip B.K. "The Relationships between Mass Media, Public Opinion, and Foreign Policy: Toward a Theoretical Synthesis". *Annual Review of Political Science*, vol. 11, n. 1, p. 39-65, 2007.

Bertholini, Frederico e Pereira, Carlos. "Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro". *Revista de Administração Pública*, vol. 51, n. 4, p. 528-550, 2017.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Burges, Sean W. e Chagas Bastos, Fabrício H. "The importance of presidential leadership for Brazilian foreign policy". *Policy Studies*. vol. 38, n.3, p. 277-290, 2017

Clinton, Joshua D. e Enamorado, Ted. "The National News Media's Effect on Congress: How Fox News Affected Elites in Congress." *The Journal of Politics*, vol. 76, n. 4, pp. 928–943, 2014.

Chaisty, Paul, Cheeseman, Nic e Power, Timothy. "Rethinking the 'Presidentialism Debate': Conceptualizing Coalitional Politics in Cross-Regional Perspective." *Democratization*, Vol. 21, No. 1, pp. 72-94, 2014.

Erbring, Lutz; Goldenberg, Edie N; Miller, Arthur H. "Front-Page News and Real-World Cues: A New Look at Agenda-Setting by the Media". *Midwest Political Science Association*, vol. 24, n. 1, p. 16-49, 1980.

Figueiredo, Argelina e Limongi, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

Fowler, R. *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. Vol. 20. Londres: Routledge, 1991.

Freund, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

Freudenreich, Johannes. "The Formation of Cabinet Coalitions in Presidential Systems". *Latin American Politics and Society*, vol. 58, n. 4, p. 80-102, 2018.

Gamson, William A. "A Theory of Coalition Formation." *American Sociological Review*, vol. 26, n. 3, p. 373–382, 1961.



Medeiros, F.; Ramalho, M. e Massarani, L. “A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.17, no.2, pp. 439-454, 2010.

Negretto, Gabriel L. “Minority Presidents and Democratic Performance in Latin America”. *Latin American Politics and Society*, vol.48, n. 3, p.63-93, 2006.

Prat, Andrea e Stromberg, David. “The Political Economy of Mass Media”. *CEPR Discussion Paper*, n. DP8246, 2011.

Soroka, Stuart; Lawlor, Andrea; Farnsworth, Stephen; Young, Lori. “Mass Media and Policymaking”, p. 1-15. In: Araral, Eduardo; Fritzen, Scott; Howlett, Michael; Ramesh, M.; Wu, Xun (Ed.). *Routledge Handbook of Public Policy*. Routledge, 2012.